

Sobre alguns temas da Morfologia Urbana

Os artigos incluídos neste número da ‘Revista de Morfologia Urbana’, selecionados a partir das apresentações na 7ª conferência do PNUM que teve lugar na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto em Julho de 2018, motivam uma reflexão (necessariamente breve, dada a dimensão de um editorial) sobre um conjunto de temas fundamentais para esta área do conhecimento. O primeiro desses temas é o objeto de estudo (Lage, 2020; Turczyn e Monteiro, 2020). A Morfologia Urbana tem como objeto de estudo os assentamentos humanos, num sentido abrangente. De um modo sistemático e rigoroso, utilizando ferramentas de natureza quantitativa e qualitativa, a Morfologia Urbana descreve a forma desses assentamentos, explica os diferentes processos e os múltiplos agentes que moldam essa forma através do tempo (longo ou curto) e, pode, caso se enquadre no propósito da análise, fornecer orientações prescritivas para a transformação futura dessa forma. A Morfologia Urbana coloca o enfoque naquilo que é comum, ordinário, e que tem um maior impacto na vida diária das pessoas. O seu campo de interesse vai desde o centro histórico, de uma pequena vila ou de uma grande cidade, até à área metropolitana, com todo o mosaico de territórios distintos que normalmente a compõem. Nesta variação de escala, a Morfologia Urbana pode utilizar as mesmas, ou diferentes, teorias, conceitos e métodos de análise. A título de exemplo vejam-se duas possibilidades distintas. Por um lado, a Análise Angular de Segmentos, formulada no seio da Sintaxe Espacial, parece responder a esta mudança de escala do local para o global sem sofrer alterações metodológicas. Pelo contrário, tomando dois conceitos formulados pela abordagem Histórico-Geográfica, a Região Morfológica e a Cintura Periférica, o primeiro parece adequar-se melhor às escalas de vizinhança e municipal, enquanto

que o segundo parece mais apropriado para as escalas municipal e metropolitana. À semelhança deste interesse por territórios de dimensão e composição tão diversa, também ao nível dos processos de formação, e dos agentes envolvidos nesses processos, a Morfologia Urbana toma como objeto de estudo desde as áreas mais planeadas, estruturadas a partir dos planos mais ortodoxos concebidos por um número reduzido de agentes, até às áreas mais informais, onde ‘parece’ não existir qualquer lógica coletiva, e onde ‘parece’ prevalecer a soma de múltiplas lógicas individuais, sem qualquer enquadramento legislativo relevante. Ambos os objetos, bem como todos aqueles que se encontram entre estas duas situações limite, são de interesse para a Morfologia Urbana e contribuem para a consolidação do seu corpo de conhecimento.

O segundo tema de fundo presente neste número da RMU (em particular em Angeles, 2020 e em Conde-García, 2020) é o dos elementos da forma urbana. A Morfologia Urbana promove uma utilização seletiva (associada à importância e à permanência, ou persistência, no tempo) e razoavelmente equilibrada dos diferentes elementos da forma urbana. Dentro desta lógica, o contexto natural tem uma importância fundamental. Compreender a forma física de uma vila, cidade ou área metropolitana implica, num primeiro momento, perceber o contexto natural em que ela se materializa. A topografia, a hidrografia, a qualidade e aptidão do solo e do subsolo, o clima, a exposição solar e eólica, o tipo de paisagem natural – todos estes fatores influenciam o modo como um assentamento humano se implanta, desde a sua fundação, da construção das primeiras ruas, até ao modo como o solo é dividido numa série de parcelas, até aos diferentes edifícios que vão sendo construídos, e mesmo aos materiais que dão expressão concreta a todas estas formas. Se as ruas (os espaços públicos de circulação e

permanência) e os edifícios (comuns e excepcionais, residenciais e institucionais) parecem por vezes merecer um maior enfoque, a verdade é que a atual agenda de investigação em Morfologia Urbana lembra a importância das parcelas, identificando-as como um dos elementos fundamentais para compreender a forma física das cidades, para perceber a presença e diversidade de agentes, e para entender o impacto da forma física nas dimensões social, económica e ambiental da vida nas cidades.

O terceiro tema, levantado por Silva *et al.* (2020), é o do carácter da cidade, remetendo para questões como a autenticidade, a identidade e a memória. Se é verdade que este tema tem múltiplas dimensões sem qualquer componente física, é também verdade que possui uma inegável dimensão física. Abordado por essa dimensão física, a questão do carácter associa-se, por um lado, à existência de uma certa especificidade da forma urbana, eventualmente sublinhada por definições de património histórico e edificado, e, por outro lado, à necessidade de conservação de pelo menos uma parte dessas formas. A Morfologia Urbana permite um olhar rigoroso e sistemático sobre a forma física e sobre as suas dinâmicas de transformação. Nesse sentido permite hierarquizar os diferentes elementos de forma urbana e, perante cada situação concreta, apoiar a decisão sobre aquilo que se pode transformar e aquilo que se deve conservar, tendo como objetivo a manutenção do carácter.

O último tema presente em alguns destes artigos (Pinto, 2020; Almeida e Marat-Mendes, 2020; Conde-García, 2020) é o da relação entre teoria e prática, da passagem do ‘conhecimento’ científico em morfologia urbana para a ‘ação’ sobre a cidade, incluindo desde o planeamento urbano à arquitetura. Sobre este tema, que tem estado no centro do debate ao longo da última década, importa referir três observações. Em primeiro lugar, em diferentes áreas do conhecimento, a passagem entre investigação e prática é um processo difícil e não linear. Em segundo lugar, a relação entre investigação em Morfologia Urbana e prática de planeamento, é hoje mais sólida do que a relação entre Morfologia (incluindo a tipologia) e arquitetura. Por fim, se no seio de abordagens morfológicas com uma natureza mais quantitativa, como

a Sintaxe Espacial, se associa a ‘análise’ a uma natureza científica e se distingue essa análise da ‘prática profissional’ permeável a toda uma série de aspetos e valores (e por isso não-científica), pelo contrário em abordagens mais qualitativas, como a abordagem Processual Tipológica, sustenta-se que a ‘leitura’ e o ‘desenho’ devem ser um único processo, não fazendo sentido a sua separação.

A Morfologia Urbana é um corpo de conhecimento que está na intersecção de várias áreas disciplinares, da geografia à arquitetura, da história ao planeamento. Esta característica é uma das suas maiores forças, mas constitui também, paradoxalmente, uma das mais sérias ameaças à sua existência. Como tal, um desafio fundamental que se coloca, e que deve fazer parte da agenda de investigação, é a própria definição do corpo de conhecimento morfológico.

Vitor Oliveira

Professor Auxiliar na ULP e Investigador no Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA / FEUP)

Referências

- Almeida, P. e Marat-Mendes, T. (2020) ‘O estudo do Território e da Morfologia Urbana no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1974)’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00131.
- Angeles, (2020) ‘Organização hidráulica de aldeias no vale do Tamuxe, um pequeno rio e suas águas afluentes’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00104.
- Conde-Garcia, J. (2020) ‘Topologia e tipologia, a parcela gótica’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00130.
- Lage, J. (2020) ‘Influências no processo de formação do tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00084.
- Pinto, P. (2020) ‘PP4 e a Vila Expo’98’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00103.
- Turczyn, D. e Monteiro, E. (2020) ‘Mutações urbanas na Região Metropolitana de Campinas: seus padrões de paisagem’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00100.
- Dias, A., Garrido, C., Urbano, Calix, T. (2020) ‘As secções do vale em Caldas do Moledo’, *Revista de Morfologia Urbana* 6, e00102.